

A segurança ontológica e as relações internacionais: delineando elementos da construção de narrativas biográficas

Ontological Security and International Relations: Outlining Elements of the Construction of Biographical Narratives

Rev. Bras. Est. Def. v. 13, e026011, 2026, p. 1–24
ISSN 2358-3932

PRISCILA CAROLINA PELLENS
RAMON BLANCO

INTRODUÇÃO

Este artigo* objetiva o delineamento das diferentes dimensões presentes em uma das estratégias de busca por segurança ontológica: a construção de narrativas biográficas. De modo sucinto, a segurança ontológica consiste em uma necessidade existencial dos sujeitos de se sentir seguros em seu senso do eu e no mundo em que encontram (Browning e Joenniemi 2017, 31; Rumelili 2018, 281), relacionada com a posse de um senso consistente do eu reafirmado por outros significantes (Zarakol 2010, 3; 6), cuja

Priscila Carolina Pellens é mestra em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Integração Latino Americana (PR). Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisa em Segurança Internacional (Gepsi), vinculado ao Instituto de Relações Internacionais (IREL) da Universidade de Brasília (UnB), e no Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (Nepri), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR). **Contribuição no artigo:** discussão conceitual, discussão dos resultados e revisão e aprovação da versão final. Orcid.org/0000-0002-3462-1927. E-mail: carolinapellens@gmail.com.

Ramon Blanco é Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq - PQ2. Professor adjunto no curso de Relações Internacionais e Integração da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Coordena o Núcleo de Estudos para a Paz (NEP) e a Cátedra de Estudos para a Paz (Cepaz). Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI-Unila), onde atua como Coordenador, e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (PPGCP-UFPR). **Contribuição no artigo:** discussão conceitual, discussão dos resultados e revisão e aprovação da versão final. Orcid.org/0000-0003-0330-6235. E-mail: ramon.blanco@unila.edu.br.

*Trabalho derivado da dissertação de mestrado intitulada “O processo de busca por segurança ontológica na Rússia contemporânea: a narrativa biográfica dominante em face do conflito russo-ucraniano” (2024).

necessidade pode até colocar em risco a sua segurança física (Mitzen 2006; Steele 2008). As principais estratégias de busca e de manutenção da segurança ontológica são o estabelecimento de rotinas com outros significantes e a criação de narrativas biográficas (Zarakol 2010), sendo consideradas igualmente importantes para esse processo, dada sua relação intrínseca e dialética (Mälksoo 2019, 381).

Estudos existentes identificam dimensões da narrativa biográfica. Contudo, estes costumam dar ênfase a apenas uma ou algumas delas em suas análises, como, por exemplo, a temporal e a espacial (Ejdus 2017; Berenskötter 2014; Pfoser 2022; Rumelili 2018; Mälksoo 2015), a emocional (Kinnvall 2017; Vieira 2018; Gustafsson 2016; Rumelili 2015b), a relacional (Akchurina e Della Sala 2018; Eberle e Handl 2020) e a normativa (Hom e Steele 2020; Zarakol 2010; Vieira 2018; Huysmans 1998; Bilgic e Pilcher 2023; Pratt 2017). Consequentemente, acaba-se produzindo uma compreensão limitada de seu significado e do papel dessa estratégia no processo de busca por segurança ontológica.

É precisamente aqui que se assenta a contribuição deste artigo, que consiste em delinear as dimensões constitutivas da narrativa biográfica, com vistas a se estabelecer como um possível instrumento analítico desta estratégia. Enquanto, por um lado, há sistematizações teóricas sobre as rotinas com o intuito de oferecer maior clareza e objetividade ao estudo da segurança ontológica (Von Essen e Danielson 2023; Narozhna 2021; Berenskoetter e Giegerich 2010; Rumelili 2015a). Por outro lado, o intuito desse artigo, ao se concentrar nas narrativas biográficas, é trazer uma contribuição complementar ao oferecer uma análise sistemática das suas dimensões constitutivas, objetivando consolidar o debate que vem sendo desenvolvido de forma desagregada na literatura, com destaque às contribuições de Akchurina e Della Sala (2018), Berenskötter (2014), Bilgic e Pilcher (2023), Eberle e Handl (2020), Ejdus (2017), Gustafsson (2016), Hom e Steele (2020), Huysmans (1998), Kinnvall (2017), Mälksoo (2015), Pfoser (2022), Rumelili (2015b), Rumelili (2018), Vieira (2018), e Zarakol (2010). Desse modo, o objetivo é oferecer um instrumento analítico que subsidie a construção de análises que consigam capturar as diversas facetas dessa estratégia. Também contribui com uma base comum para a compreensão do conceito de narrativa biográfica, aprofundando a coerência dos seus atributos, a profundidade das propriedades compartilhadas e a utilidade teórica e empírica (Gerring 1999, 360; 367). Entende-se que o enfoque em apenas alguns atributos isolados da narrativa biográfica acaba produzindo uma compreensão limitada do significado e do papel dessa estratégia no processo de busca por segurança ontológica.

Este artigo se estrutura em duas seções. A primeira seção apresenta um mapeamento das principais abordagens de segurança ontológica nas Relações Internacionais e suas críticas, oferecendo um panorama dos estudos na área e com os quais este artigo dialoga. Na segunda seção, propõe-se um instrumento analítico a partir da dissociação das dimensões da narrativa biográfica como estratégia de busca por segurança ontológica, nomeadamente: emocional, temporal, espacial, relacional e normativa. Além de buscar delinear o significado e os desdobramentos dessas dimensões da narrativa biográfica, as quais são mutuamente constitutivas e imbricadas, espera-se evidenciar as nuances presentes em expectativas, interesses e comportamentos subjetivos, que são centrais na busca por segurança ontológica.

ABORDAGENS DE SEGURANÇA ONTOLÓGICA NOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL

Os Estudos de Segurança¹ oferecem diferentes formas de se entender a segurança, as quais podem ser, de modo raso, subdivididas em abordagens “tradicionais” e em abordagens “críticas” ou “ampliadoras e aprofundadoras”² (Buzan e Hansen 2012, 31; 37; Peoples e Vaughan-Williams 2021, 4–6). A teoria da segurança ontológica se coloca como uma abordagem alternativa da segurança, visando a complementar as abordagens tradicionais (Steele 2008), articulando questões de identidade, de segurança e políticas para a compreensão de novos processos de busca por segurança. Seu processo é caracterizado por dinâmicas de construção de narrativas biográficas e de estabelecimento de relações estáveis ou rotinas com outros significantes, as quais serão aprofundadas ao longo desta seção (Zarakol 2010).

O termo “segurança ontológica” foi cunhado pelo psicólogo Ronald David Laing (1960) e, posteriormente, introduzido no campo da sociologia por Anthony Giddens (1991), que inspirou a entrada do termo nos estudos de Relações Internacionais no fim da década de 1990 (Croft e Vaughan-Williams 2017, 3–4). De forma geral, a utilização desse referencial teórico tem permitido a compreensão das motivações, dos desejos e dos incentivos às ações (e inações) dos atores (Steele 2008, 7–9) relativamente aos processos de busca por segurança. Inspirando-se em Columba Peoples e Nick Vaughan-Williams (2021), delinea-se a seguir as principais abordagens de segurança ontológica na área, resumindo suas principais características e contribuições. Objetiva-se destacar as diferenciações existentes com base em dois eixos analíticos principais: o nível de análise³ e o objeto referente⁴ empregados pela literatura. Conjugando ambos, pode-se agrupar as abordagens em três categorias principais: (1) a abordagem estadocêntrica; (2) a abordagem subjetiva; e (3) as abordagens críticas.

A abordagem estadocêntrica: a segurança ontológica e o Estado

Pode-se compreender a abordagem estadocêntrica como uma tentativa inicial de aplicar o conceito de segurança ontológica às Relações Internacionais, principalmente com o objetivo de estabelecer um diálogo com as abordagens dominantes e justificar a relevância da perspectiva para o estudo dos processos securitários, abrindo terreno para a afirmação de uma agenda própria de pesquisa (Croft 2012, 225). Tem como foco oferecer uma explicação sociológica da segurança ontológica, centrada em Giddens (2002), mas cada autor aborda esse processo de forma diversa. Enquanto Jennifer Mitzen (2006) foca nas dinâmicas relacionais e no estabelecimento de rotinas de interação social, Brent Steele (2008) foca nas dinâmicas subjetivas e na criação de narrativas biográficas, ao passo que Ayse Zarakol (2010) conjuga tanto dinâmicas relacionais como subjetivas.

Tomando o Estado como nível de análise e objeto referente, Mitzen (2006) dialoga com premissas realistas para explorar as consequências de comportamentos conflituos pela correlação dos conceitos de dilema de segurança⁵ e de segurança ontológica. Mitzen (2006, 342) argumenta que os estados, além de segurança física, também necessitam de segurança ontológica, assim como os indivíduos. Aqui, a segurança ontológica é compreendida como a necessidade de autoconhecimento que permite o juízo de ação, ou seja, uma certeza subjetiva, relativamente estável, sobre a substância do eu que possibilita o exercício da capacidade de ação e de escolha, a qual se constitui e sustenta por meio dos relacionamentos sociais (Mitzen 2006, 344; 354).

Já Steele (2008, 27–30) dialoga com as teorias construtivistas, com o objetivo de determinar o papel da identidade no processo decisório de política externa. Steele privilegia o processo subjetivo de construção do “eu”, ou seja, a criação de narrativas biográficas, como referente da segurança ontológica (Steele 2008, 18–19). Assim, entende a segurança ontológica como a segurança decorrente da adoção de ações que correspondam ao senso de autoidentidade do agente, que dão um senso de continuidade e ordem aos eventos cotidianos (Steele 2008, 7). Dentro disso, “situações críticas” são eventos imprevisíveis impassíveis de serem acomodados nas rotinas estabelecidas pelo agente e geram ansiedade pela quebra da continuidade do senso de autoidentidade. O monitoramento reflexivo do comportamento, por meio da criação de narrativas biográficas, é necessário para possibilitar a mudança. Essas narrativas enquadram os eventos não apenas numa ordem temporal, mas também com base em seu significado e importância para a história do agente, de modo que haja congruência entre sua concepção de autoidentidade e suas ações cotidianas (Steele 2008,

12–13). Entretanto, como as capacidades reflexivas não são equivalentes em todos os agentes, alguns podem enfrentar dificuldades para lidar com situações críticas, mudar o comportamento ou empregar suas capacidades materiais (Steele 2008, 69–70).

Zarakol (2010), por sua vez, acentua que a necessidade de integridade do “eu”, teorizada por Giddens (2002), no âmbito estatal, relaciona-se tanto à necessidade de reconhecimento internacional para ser sustentável nas relações intersubjetivas como à posição do país nas hierarquias existentes entre os Estados e o seu *status*. Dessa forma, a vergonha, por exemplo, poderia ser produzida pela inferioridade de *status*, que pode ser mais danosa ao senso de segurança ontológica por não estar vinculada a uma ação particular, mas sobre um estado de ser enraizado historicamente na narrativa biográfica estatal e, por isso, mais complexo de ser abordado por comportamentos reflexivos. Como a participação no sistema internacional moderno é baseada na conformidade com as normas universais, é necessário problematizar as pressões sociais sobre as narrativas biográficas dos Estados geradas por identidades idealizadas, em comparação com os padrões ocidentais de modernidade, e como isso influencia a ação estatal (Zarakol 2010, 18–20).

A abordagem subjetiva: a segurança ontológica e o indivíduo

Contrariamente aos estudos da abordagem estadocêntrica, autores como Catarina Kinnvall (2004) e Stuart Croft (2012), desenvolveram trabalhos que focam no indivíduo como objeto referente dos processos de busca por segurança ontológica, sob a lente das relações intersubjetivas como nível de análise, como nas teorizações de Laing (1990) e Giddens (2002) (Peoples e Vaughan-Williams 2021, 70). Em síntese, esses autores buscam compreender a securitização das identidades por meio do conceito de segurança ontológica e seus impactos no estudo da segurança, a partir de uma perspectiva individual, intersubjetivamente construída (Croft 2012, 220).

A perspectiva de Kinnvall (2004) se distingue pelo foco às experiências e às complexidades do sujeito de segurança ontológica, recuperando o cotidiano como *locus* de securitização,⁶ com ênfase às políticas de outridade na criação das autoidentidades. A autora endossa a compreensão da segurança como “significante espesso”, proposta por Huysmans (1998), a qual não busca compreender o conceito de segurança em si, mas o contexto e as relações discursivamente enquadrados como “de segurança”.⁷ Assim, define a segurança ontológica como uma segurança do ser, fundamentada em um senso de confiança na correspondência entre a autopercepção do mundo com a realidade, que deve ser compreendida como um “processo de tor-

nar-se”, ou seja, não como um estado fixo e natural (Kinnvall 2004, 744–6; 748). Seu objetivo é traçar como as políticas de outridade produzem efeitos identitários, em especial a securitização, e as respostas emocionais aos sentimentos de insegurança. O foco em características essencializadoras, em prol do estabelecimento de barreiras estritas entre o eu e o outro, busca acentuar uma sensação de segurança na ordem existente. Entretanto, essa eliminação de ambiguidades em prol de uma suposta identidade estável, por meio de um discurso de exclusão e desumanização, acaba transformando o estranho-outro em inimigo (Kinnvall 2004, 748–49; 754–55).

Já Stuart Croft (2012, 220) desenvolve o conceito de “insecuritização” como o processo no qual a designação daqueles que devem ser protegidos e daqueles que devem ser objeto de controle e temidos é feita pelo poder dominante. O indivíduo seguro ontologicamente é definido como alguém que desenvolve uma experiência de vida significativa e tem um senso contínuo e consistente da realidade externa, o que permite o desenvolvimento de interações sociais e a construção de uma realidade comum, considerada normal. Dessa forma, é possível a construção de narrativas pessoais ou biografias que dão um senso de direção e completude ao contextualizar questões como “quem sou eu” e “como ou por que devo agir”, de cunho intrinsecamente existencial. A confiabilidade nestas narrativas é o que confere ao indivíduo o senso de segurança ontológica, que “põe entre parênteses” ansiedades existenciais conectadas às raízes da experiência de existência no mundo (Croft 2012, 221–2).

Essa leitura da segurança ontológica como um estado relativo permite a problematização do senso de subjetividade não algo fixo, mas sim em constante processo de desenvolvimento (Croft 2012, 226–27). Por meio da conexão dos níveis macro e micro, ou seja, de como os indivíduos se baseiam em identidades coletivas para construir a própria subjetividade, é possível compreender como a violência é organizada por meio do apego das pessoas a identidades específicas mas múltiplas, em razão da insecuritização da subjetividade, que é, ao mesmo tempo, desencadeada pela busca por segurança ontológica. Assim, abre-se caminho ao estudo das mais diversas formas de exclusão e de marginalização criadas pelas estruturas de poder modernas por meio de crenças, práticas, rotinas e discursos (Croft 2012, 232–3).

Abordagens críticas

Recentemente, passou-se a ter em atenção as raízes psicológicas do conceito de segurança ontológica, algo negligenciado por Giddens (2002). É o caso dos trabalhos de Jakub Eberle (2017) e Marco A. Vieira (2018).

Esta abordagem apresenta três características constitutivas: (1) ao invés da especificação de um objeto referente específico, busca identificar, em diferentes situações, a natureza do contexto de segurança como um significante espesso; (2) problematizam a atribuição de um *status* ontológico à segurança ontológica, entendendo-a como um estado relativo que se *busca* alcançar; e (3) parte de uma origem pós-estruturalista para a teorização da segurança ontológica, baseada em Jef Huysmans (1998) e Jacques Lacan (2006) (Peoples e Vaughan-Williams 2021, 73).

O trabalho Jef Huysmans (1998, 247–9) traz uma visão crítica das abordagens de segurança e entende o objeto referente como ambivalente, dado que não há sua especificação antes da análise. A abordagem pressupõe o foco na função desempenhada pela articulação da segurança em um determinado contexto, para compreender a finalidade e as consequências do enquadramento de uma questão ou situação como “de segurança” (Huysmans 1998, 231; 248). Em razão disso, a enunciação do significante “segurança” se torna autorreferencial, pois passa a constituir, em si mesma, relações de insegurança, o que lhe confere um caráter performativo. Este se dá pelo fato de a segurança produzir uma realidade por meio de uma forma específica de ordenação, dentro de uma ordem simbólica particular, categorizando e excluindo relações sociais. Logo, o contexto social e histórico não pode ser desconsiderado da análise, pois este revela as forças de poder que operaram nas dinâmicas securitárias (Huysmans 1998, 232–3).

Na prática, Huysmans entende que o termo segurança realiza a mediação de duas formas interdependentes de articulação da segurança: (1) a questão da segurança cotidiana, como forma de mediação de amizades e inimizades; e (2) a questão da segurança ontológica, como forma de mediação de caos e ordem (Huysmans 1998, 242). A segurança cotidiana se destina à definição, percepção, construção e administração de ameaças, como uma tentativa de adiar a morte pelo combate de ameaças concretas. Já a segurança ontológica consiste na estratégia de administrar os limites da reflexividade ao inserir as relações sociais dentro de uma ordem simbólica e institucional. Por isso, relaciona-se à atividade política de construção da ordem social, ou seja, à ordenação das relações sociais e, simultaneamente, da própria capacidade de auto-ordenação e da construção de legitimidade (Croft e Vaughan-Williams 2017, 6–7; Huysmans 1998, 236; 242; Peoples e Vaughan-Williams 2021, 75).

Marco A. Viera (2018), por sua vez, segue uma abordagem alternativa à segurança ontológica, baseando-se na teoria lacaniana. Um conceito-chave dessa perspectiva de subjetividade é o de fantasia, que, como explica Jakub Eberle (2017), permite a compreensão tanto da construção narrativa do mundo social quanto dos meios para lidar com a ansiedade e a segurança

ontológica. A fantasia se constitui em uma moldura narrativa que permite aos sujeitos buscar suprir a falta de um senso de completude do eu e se conectar à realidade social, ao mesmo tempo, estabilizando-a. Segundo Eberle (2017, 5; 7) e Ty Solomon (2014, 675), as fantasias servem como um mecanismo de proteção que oferece um senso imaginado de identidade completa. Esta confere aos sujeitos algum grau de fechamento e, portanto, proteção contra a ansiedade, promovendo segurança ontológica ou, pelo menos, uma promessa disto. Nessa linha de raciocínio, Vieira (2018, 9–11) argumenta que a ansiedade também atua como um motor emocional inconsciente que leva os atores a (re)construir discursivamente sua subjetividade por meio de significantes-mestres,⁸ um processo que é “movido pela ansiedade” e “fantasiado”. Assim, a fantasia serve para dar aos sujeitos uma ilusão de completude para que eles possam se movimentar pelo mundo social, exercendo sua agência com propósito, o que faz com ela possa ser entendida como um elemento emocional da narrativa biográfica.

Essa agenda com foco na ambivalência e nas relações de poder, estabelecida pelos trabalhos recentes em segurança ontológica, utiliza a abordagem de segurança como “significante espesso” de Huysmans (1998) como forma de possibilitar a análise do contexto e dos efeitos performativos das práticas e dos discursos de segurança. A insegurança ontológica deixa de ser um estado a ser superado e passa a ser vista como uma força de reestruturação da realidade política, pois não pressupõe um fechamento da subjetividade (Peoples e Vaughan-Williams 2021, 76).

A partir desse panorama sobre as abordagens da segurança ontológica, a próxima seção delineia uma proposta de dissociação das dimensões constitutivas da narrativa biográfica, para uma compreensão aprofundada de seu funcionamento no processo de busca por segurança ontológica, com vistas a possibilitar futuras análises empíricas sobre o tema.

DIMENSÕES DA NARRATIVA BIOGRÁFICA: O SEU PAPEL NO PROCESSO DE BUSCA POR SEGURANÇA ONTOLÓGICA

Como observado, os principais instrumentos de busca da segurança ontológica são a construção de narrativas biográficas e o estabelecimento de rotinas com outros significantes. Apesar das diferentes posições sobre qual abordagem seria mais adequada, entende-se — em consonância com Ayse Zarakol (2010, 19–20), Maria Mäklsoo (2019, 381) e Karl Gustafsson (2016, 618–9) — que a questão não implica em entendimentos fundamentalmente opostos, mas sim complementares. Essa relação intrínseca entre ambas se dá pelo fato de as narrativas terem consequências comportamentais, de modo que a subjetividade se manifesta tanto no que se é dito como

representado. Por isso, a incoerência entre a autobiografia e as rotinas pode sinalizar desbalanços no senso de segurança ontológica e afetar a agência do sujeito, sendo essencial uma articulação de ambas em prol da mudança, o que sobreleva a relevância de análises empíricas que conjuguem as duas estratégias (Browning e Joenniemi 2017; Narozhna 2020). Por isso o delineamento abaixo é necessário.

Em linhas gerais, as narrativas biográficas são as histórias construídas pelo sujeito sobre a sua identidade, com o objetivo de organizá-la em sequências temporais que dão um senso de continuidade biográfica, passando a servir como um guia normativo para a ação (Eberle e Handl 2020, 4). Por meio da análise dessas narrativas, por serem uma forma de representação dinâmica, permite-se identificar, além das representações e das estruturas discursivas, os padrões na ordenação dos eventos, além de como esses padrões são mantidos ao longo do tempo, considerando a necessidade de integração de novos eventos à narrativa (Berenskötter 2014). Por funcionarem como descrições autobiográficas do narrador, sob constante disputa política, as narrativas biográficas são essenciais na identificação de seu conceito de “eu”, pois utilizam o passado para guiar e explicar o presente e o futuro (Shenhav 2015, 4).

Nesse processo de construção do “eu” coletivo, caracterizado como um processo de tornar-se, diversas narrativas competem na construção e manutenção das autobiografias coletivas, como as estatais, em um processo mutuamente constitutivo, como forças de contestação à fixação do eu dominante. Essa competição se dá em um ambiente ideacional altamente contestado, de modo que há uma mútua constituição da narrativa dominante e das subjugadas, simultaneamente, pois o eu-coletivo não é homogêneo, mas tende a ser retratado desta forma pela narrativa dominante com o intuito de mascarar narrativas competitivas de grupos marginalizados (Narozhna 2020). Por outro lado, esse processo de competição confere uma fluidez natural ao senso identitário e, conseqüentemente, torna-o insuscetível de total controle, pois também depende do reconhecimento de outros significantes e da ordem social ou internacional. Assim, ações direcionadas à mudança ou ao enfrentamento de situações críticas podem ameaçar a segurança ontológica de coletividades, como o Estado, caso não haja uma articulação estratégica dos elementos da narrativa biográfica (Eberle e Handl 2020).

Entende-se que a análise das narrativas biográficas como estratégia de busca por segurança ontológica requer essencialmente a consideração de cinco dimensões constitutivas, nomeadamente: emocional, temporal, espacial, relacional e normativa. Tais dimensões não devem ser entendidas como divisões estanques, mas sim como relacionadas entre si, mutuamente influenciando-se na construção da narrativa biográfica. Assim, a divisão

proposta visa a servir como dispositivo analítico à compreensão dos elementos-chave que as constituem. Apesar de serem mutuamente constitutivas, cada uma captura aspectos centrais do fenômeno que seriam invisibilizados por análises agregadas.

A dimensão emocional

A busca por segurança ontológica tem uma importante dimensão emocional (Laing 1990; Giddens 2002). As emoções⁹ são fundamentais na constituição das identidades individuais e coletivas, ao contribuir na compreensão do eu em si mesmo, em sua relação com outros e com o mundo, impactando no desenvolvimento de laços relacionais e no senso de pertencimento, servindo de fonte de conhecimento situado e ambivalente que guia a capacidade de ação (Bleiker e Hutchison 2008, 123–4; 128).

No âmbito dos estudos de segurança ontológica, as emoções desempenham um papel central na busca por estabilidade e redução da ansiedade, pois a (in)segurança ontológica fundamenta-se em estruturas emocionais temporais e espaciais — que auxiliam indivíduos, sociedades e Estados a compreenderem a si mesmos e o mundo exterior — constituindo-se em molduras narrativas de fantasia acerca da completude da subjetividade (Kinnvall 2017, 5). É preciso considerar os efeitos ambivalentes da ansiedade, simultaneamente paralisantes e libertadores, que permitem que ela sirva de motor para a mudança através do mapeamento de uma existência significativa e a busca por autenticidade (Browning e Joenniemi 2017). Além disso, a consideração da natureza relativa da ansiedade possibilita analisar como seus diferentes níveis podem afetar de forma diversa a construção da subjetividade e o comportamento do sujeito (Gustafsson 2016, 619–20).

Nesse sentido, percebe-se que as estruturas políticas e normas sociais dominantes são entrelaçadas por “estruturas de sentimento”, ou seja, por um princípio emocional que regula as experiências, os imaginários e as atividades dos sujeitos em determinado contexto sócio-histórico (Vanke 2024, locals. 635–47), pois emoção, cognição e ação estão imbricadas (Demertzis 2014, 226). Essas estruturas são produzidas relacional e socialmente com base em figurações de poder assimétricas, ativadas em referência a outras pessoas, instituições ou Estados, como forma de ordenar espaços e narrativas (Kinnvall 2017, 7).

Por isso, a dimensão emocional pode ser compreendida como a origem da narrativa biográfica e do centro de relações de confiança, pois a subjetividade e o pertencimento são construídos por meio das conexões emocionais e do posicionamento dos sujeitos no mundo social (Bleiker e Hutchison 2008, 124). As emoções ancoram a existência dos sujeitos, funcionando co-

mo princípio organizador da significação das experiências, das ações, dos espaços e das relações que são selecionadas para integrar a narrativa biográfica, além de impactarem o senso de integridade e de autovalorização do sujeito, os quais são essenciais à busca por segurança ontológica.

A dimensão temporal

A experiência temporal dos sujeitos não é dada, mas construída na narrativa através da organização das experiências em uma ordem coerente (Hom e Steele 2020, 323–4). A dimensão temporal dá destaque às perspectivas passadas e futuras que dão sentido às experiências vividas e às possibilidades futuras de um sujeito, guiando sua ação no presente. É, assim, essencial tanto à construção de sentido como de obtenção de um senso, mesmo que fantasioso, de completude subjetiva, o que remete ao conceito de fantasia anteriormente discutido (Eberle 2017, 7; Solomon 2014, 672). Dada a incerteza do futuro, com potencial de provocar ansiedade, a natureza reflexiva do processo de significação permite ao sujeito tanto um ancoramento no mundo social, a partir da compreensão de sua “origem”, como o delineamento de possibilidades futuras desejadas (Giddens 2002, 54–8; Solomon 2014, 675).

Nesse sentido, a narrativa biográfica localiza o eu em um contexto de passado, presente e futuro, e a compreensão do presente depende da interligação contínua entre o que se passou como do que se pretende, do eu histórico e do eu futuro, os quais adquirem significado na narrativa biográfica por meio de memórias e visões (Berenskötter 2014, 270–2). Por outro lado, há necessidade de constante (re)construção da narrativa biográfica, por meio de um processo interpretativo de integração e classificação de novos eventos à narrativa do “eu”. Isso faz com que ela seja, simultaneamente, frágil e sólida, inclusive pelo fato de representar apenas uma das muitas possibilidades de narração da subjetividade. Apesar disso, a narrativa biográfica costuma ser capaz de oferecer segurança suficiente para o sujeito enfrentar as adversidades da vida cotidiana (Croft e Vaughan-Williams 2017, 4; Giddens 2002, 56–8).

A reflexão sobre as ações e experiências passadas contribui para a compreensão da própria subjetividade (a noção de “quem sou eu”) ao conferir significado ao passado, a partir de um senso de continuidade. Isso a torna, simultaneamente, individual e social, pois apesar do caráter único da narrativa subjetiva, há a necessidade de validação dessa narrativa por outros com vistas à criação de sentido da própria existência e a construção de relacionamentos (Rumelili 2018, 288). O senso histórico do eu coletivo se articula por meio de representações construídas no nível coletivo, como

símbolos, histórias, e mitos nacionais, formando a chamada memória coletiva (Berenskötter 2014, 270). Ela consiste em uma narrativa simplificada acerca da história de uma coletividade, incluindo referências (seletivas) ao passado, ao presente e ao futuro (Rumelili 2018, 288); permite a construção de uma ideia de evolução histórica e gera senso de pertencimento a indivíduos e grupos, por meio do aprendizado e da apropriação dessas memórias pelos indivíduos (Berenskötter 2014, 270–1; Rumelili 2018). Essa dupla função das memórias coletivas as tornam solo fértil a tentativas de intervenção política de silenciamento, ocultando as complexidades inerentes aos processos de formação identitária, o que pode criar divisões sociais, além do senso de (in)segurança ontológica (Berenskötter 2014; Mälksoo 2015; Rumelili 2018).¹⁰

As experiências passadas servem de referências emocionais que permitem a identificação com uma memória. Entretanto, somente as experiências significativas são capazes de deixar uma marca na narrativa biográfica, ao transformarem o passado em um local significativo para o eu. Essas experiências significativas interferem nas estruturas de significado criadas pela narrativa biográfica e requerem uma (re)configuração da própria subjetividade. Entretanto, nem todas as experiências importantes são representadas na narrativa, pois o processo de “recordação ou de lembrança”, além de intrinsecamente seletivo e criativo, é entrelaçado com o de esquecimento. Essa seletividade de “passados usáveis” ou de “glórias/traumas passados” faz com o que até os silêncios narrativos importem, na medida que representam memórias não articuladas, seja pela dificuldade ou pela (in)conveniência (Berenskötter 2014, 271; Kinnvall 2004, 755–7; Rumelili 2018, 289).

As narrativas biográficas também envolvem a construção de imagens futuras de possíveis eus, como forma de contrabalancear a incerteza do futuro por meio da reflexão acerca das diversas possibilidades e do delineamento de um espaço de manobra às ações. Essas “visões de futuro” orientam e organizam desejos e expectativas, passando a integrar a narrativa biográfica. Assim como as memórias, as visões costumam se expressar no nível coletivo por meio de narrativas, que articulam significados compartilhados como motivações à ação coletiva. Elas podem tanto delinear futuros desejáveis como futuros indesejáveis, estes últimos representando principalmente possibilidades negativas a serem evitadas ou que reforcem a perseguição das primeiras (Berenskötter 2014, 272–3).

Em suma, a dimensão temporal integra tanto o eu histórico, em memórias, como o eu futuro, em visões, os quais se entrelaçam para formar compreensões do eu no presente. O presente, o passado e o futuro só adquirem significado à luz das experiências vividas e das possibilidades futuras, orientando-se por uma mescla de memória e esperança (Berenskötter

2014, 273). Assim, esse senso de temporalidade da narrativa biográfica permite, simultaneamente, construir um senso de continuidade biográfica, de conexão emocional com o mundo social e de orientação às ações.¹¹

A dimensão espacial

A conexão intrínseca entre tempo e espaço pode ser compreendida sob a perspectiva de que as experiências estão contextualizadas em lugares específicos, o que gera senso de pertencimento e de ordem (normativa, cognitiva e emocional). Isso faz com que esses lugares sejam imbuídos de significado em razão desta associação, consoante a ligação emocional do eu (Berenskötter 2014, 274). O espaço não é entendido como um dado objetivo, uma extensão externa e independente do eu, mas em termos de conhecimento e de apropriação. O eu e o espaço são interligados, mutuamente constituídos, e ganham sentido conjuntamente (Berenskötter 2014, 274–5; 277; Ejodus 2017, 3–5).

O espaço pode ser definido por meio de três características: centro, ordem e horizonte. O centro refere-se ao local a partir do qual o eu se orienta, não no sentido geográfico, mas de desenvolvimento, onde ocorrem a maioria de suas experiências e, por isso, tem um forte senso de conexão emocional. A partir desta dimensão espacial que a narrativa biográfica se desenvolve, funcionando como uma espécie de âncora cognitiva e emocional, gera-se um senso de permanência permitindo a (re)construção do eu. O senso de pertencimento é uma fonte importante de segurança ontológica ao prover um laço psicológico e afetivo entre a narrativa biográfica e o espaço que é cenário do trajeto espaço-temporal do eu, por meio de sentimentos de identificação (Berenskötter 2014, 275).

Já a ideia de orientação espacial está conectada ao estabelecimento de ordem. Ordenar implica a criação de mecanismos normativo-cognitivos e emocionais que dão estrutura à existência-no-mundo sob uma lógica de apropriação. Permite ao eu se posicionar com base em questões de “certo” e “errado”, emitir julgamentos e fixar prioridades (Berenskötter 2014, 276). Por sua vez, a noção de horizonte diz respeito à criação de fronteiras, que ordenam o mundo em termos da diferenciação entre aquilo que é conhecido e do que está aberto à exploração. Sob esta perspectiva, fronteiras podem ser compreendidas como horizontes que definem o conhecido e o possível, sendo marcadores provisórios e não linhas fixas definidas contra outra entidade, mas cuja expansão depende das experiências e dos aprendizados obtidos através destas (Berenskötter 2014, 276).

Nesta dimensão, uma noção importante é a de lar, que pode ser entendido como o local provedor de segurança por invocar emoções profun-

das de permanência e de continuidade que se conectam a locais específicos (Kinnvall 2004, 747). Sua natureza oferece um contexto especial às rotinas cotidianas, no qual as identidades são constituídas, e, por isso, permite um senso de segurança ontológica. Já a falta de um lar costuma gerar um senso de impermanência (Kinnvall 2004, 747). Do ponto de vista coletivo, a adoção de um espaço como um “local seguro” se dá por meio de uma ligação discursiva à identidade do eu, por meio da qual o ambiente material se converte em “espaço ôntico”, ou seja, em uma extensão espacial do sujeito que faz com que as identidades coletivas, naturalmente fragmentadas, contestadas e contingentes, pareçam mais sólidas e contínuas (Ejdus 2017, 5).¹² Como destaca Mitzen (2018, 1.374; 1.384), a ideia de lar opera tanto no nível individual, com referência a locais pessoais, como coletivo, na forma de projetos políticos que buscam organizar o senso de pertencimento, como no caso dos Estados, no qual o espaço é demarcado por fronteiras.

A dimensão espacial da narrativa biográfica oferece ao eu o senso de existência-no-mundo, ao situá-lo(a) no espaço a partir da identificação com locais de acordo com as experiências ou a visualização de possibilidades futuras, que gera expectativas de tornar-se (Berenskötter 2014, 277). Ao mesmo tempo em que se constrói as experiências vividas em uma lógica temporal, também ocorre um redesenho dos imaginários espaciais que as contextualizam (Pfoser 2022, 570). Assim, a dimensão espacial se vincula ao significado emocional atrelado ao espaço por meio das experiências ali vivenciadas, as quais permitem a criação de estruturas que co-constituem o eu, os outros e o mundo (Berenskötter 2014, 277–8; 283; Ejdus 2017, 3; 5).

A dimensão relacional

A construção da narrativa biográfica não pode ser compreendida de forma separada das interações do sujeito com o outro. É através de dinâmicas relacionais, ou seja, intersubjetivas, que os sujeitos são formados (Epstein e Jackson 2025, 147). A consciência da separação entre o “eu” com relação à existência do outro e do não-ser e a obtenção de consciência ontológica, isto é, da percepção da própria individualidade existencial com referência à realidade externa, que torna o eu capaz de buscar segurança ontológica (Giddens 2002, 49–51). Essa autoconsciência emerge do conhecimento da existência do outro, do mútuo reconhecimento do *status* de sujeito e da forma como seus traços e ações são interpretados que o sujeito ganha a confiança necessária às interações sociais (Eberle e Handl 2020, 4; Giddens 2002, 52–3; Epstein e Jackson 2025, 148–9). Da mesma forma, o reconhecimento externo da subjetividade contribui na construção de um senso de integridade que gera confiança para agir e avaliar as próprias ações em ter-

mos da coerência com a narrativa biográfica. Também permite a construção de convenções e arranjos sociais que passarão a dar expressão material às compreensões subjetivas, moldando a dimensão normativa da narrativa biográfica, que será abordada a seguir (Croft e Vaughan-Williams 2017, 5; Giddens 2002, 54–5; 59).

Assim, a dimensão relacional se refere ao processo de ação contínuo e mutuamente constitutivo que delinea as fronteiras da subjetividade a partir das relações com outros significantes (Akchurina e Della Sala 2018, 1.639). O senso de estabilidade e coerência da narrativa biográfica são construídos a partir da relação com o outro, que confere ordem e previsibilidade à existência do eu no mundo (Giddens 2002, 52–4). O delineamento de um eu e de um outro é uma parte ativa e contínua da formação da subjetividade, sendo necessário compreender como essas fronteiras nascem e são mantidas no ambiente social (Neumann 1996, 166–7).

Por isso, o processo de busca por segurança ontológica costuma se integrar à noção de outridade, pois a busca de liberdade para constituir um eu distinto envolve a construção de uma contraparte do eu, a qual se enraíza no tempo e no espaço, cujos limites e fronteiras estabelecem os termos de pertencimento (Akchurina e Della Sala 2018, 1.641). Assim, é preciso conceber a existência sob uma lógica distinta, relacional, que entende a construção e a transformação da subjetividade a partir das relações. Consequentemente, o eu e o outro deixam de ser entendidos como categorias separadas e passam a ser tidos como opostos complementares ligados a um todo inseparável em constante co-construção. Ao romper a lógica de separação e oposição binária, abre-se espaço, então, para encontros mais inclusivos entre diferenças e semelhanças, e a diversidade passa a ser um elemento central na compreensão da própria subjetividade (Tickner e Querejazu 2021, 394–7; 404–5) e na construção de uma narrativa biográfica.

A dimensão normativa

A construção intersubjetiva da subjetividade, elemento central da dimensão relacional, está entrelaçada com a construção de compreensões compartilhadas ou arranjos sociais duráveis, que servem, simultaneamente, como ambiente social no qual as ações se desenvolvem e como o material social que constitui a subjetividade (Epstein e Jackson 2025, 139–41; Pratt 2017, 81). De acordo com Huysmans (1998) e Vieira (2018), a construção do ambiente externo pode ser entendida como uma (meta)narrativa que inclui normas, valores e significados compartilhados, a qual auxilia na função ordenadora da segurança ontológica ao estabelecer parâmetros para a interação social. Dessa forma, o ambiente social externo aos sujeitos,

ou “o internacional” para as Relações Internacionais, não é uma estrutura estática ou dada, mas sim uma entidade social em constante transformação pelas ações e interações dos sujeitos (Pratt 2017, 81). O eu, por meio de seus relacionamentos com os outros, não constrói apenas a própria subjetividade, mas também uma percepção compartilhada da realidade social (Eberle e Handl 2020, 5).

Essa dimensão tem um caráter tanto de limitação como de facilitação, considerando seu papel como contexto para a ação, pois os sujeitos têm sua capacidade de agência restringida por essa estrutura, no sentido de que ele deve se engajar com ela para agir, ser compreendido e estabelecer relações com os outros (Eberle e Handl 2020, 5–6; Epstein e Jackson 2025, 145; Pratt 2017, 81–2). Isso faz com que cursos de ação e rotinas específicas sejam permitidas dentro deste ambiente, enquanto outras sejam tomadas como inadequadas ou improváveis; portanto, os atores devem se conformar a ele ou modificar sua narrativa biográfica ou suas rotinas para manter seu senso de identidade (Eberle e Handl 2020, 6; Vieira 2018, 6). Nesse sentido, a dimensão normativa comporta as estruturas organizadas, mas dinâmicas, de significado socialmente compartilhadas, construídas intersubjetivamente, que oferecem um terreno comum às interações sociais. Essa referência aos fatores estruturais e normativos que ordenam e sustentam os arranjos sociais compartilhados — servindo de contexto a (re) criação, manutenção e mudança das compreensões e interações com outros sujeitos — é o que a diferencia da dimensão relacional, a qual foca, por sua vez, especificamente na construção do senso sobre outros significantes (Von Essen e Danielson 2023, 9–10).

Desta forma, o ambiente externo ou “o internacional” pode ser entendido como uma metanarrativa, construída pelo conjunto dos discursos individuais dos sujeitos e materializada por normas, práticas e rotinas, de modo que o ambiente internacional possa ser compreendido como um projeto coletivo e não apenas como o cenário para as ações e interações dos sujeitos. Por isso, mudanças no ambiente normativo podem afetar a capacidade de ação e os relacionamentos, pois podem impactar o senso de autenticidade, legitimidade e adequação dos sujeitos e a própria confiança na estabilidade e continuidade dessa ordem externa (Hom e Steele 2020, 325; Pratt 2017, 82–3).

Essas estruturas metanarrativas têm natureza sócio-histórica, passando por mudanças ao longo do tempo e através das alterações das práticas sociais, e constituem posições subjetivas, ou seja, categorias preexistentes que definem tipos de sujeitos, seus interesses e capacidades sociais, e entendimentos dominantes. Do ponto de vista macro, pode-se citar como exemplo gênero, raça, classe, dentre outras, que empoderam os sujeitos de

maneiras sobrepostas e diferentes ao longo do tempo e do espaço, organizando-os em estruturas hierárquicas de (des)privilégio. Por outro lado, também produzem concepções subjetivas de (in)capacidades a partir da inserção em redes de relações, como pai, soldado, embaixador, chefe de Estado, empresário (Weldes e Duvall 2025, 780–3). Além disso, em uma escala micro, com foco nas ações dos sujeitos, constrói um ativista no momento do protesto ou um soldado quando desenvolve práticas militares como patrulha. Na prática, entretanto, as três escalas operam de forma simultânea, de modo que sua distinção analítica serve para demonstrar como a produção social da subjetividade pode ser explorada por diferentes ângulos, inclusive para demonstrar tensões e contradições nos significados dominantes, o que abre margem à resistência e à criatividade dos sujeitos (Weldes e Duvall 2025, 783–7).

Nesse sentido, Bilgic e Pilcher (2023, 2; 7) argumentam que as hierarquias são funções produzidas pela ordem normativa, de modo que o comportamento de busca por *status*, por exemplo, pode ser entendido como um instrumento para a segurança ontológica, sendo o *status* uma narrativa de fantasia, de cunho emocional. Outro exemplo, no âmbito das relações internacionais, é a metanarrativa ocidental universalista e seus padrões de modernidade, a qual pode impactar a construção da subjetividade de estados não-ocidentais a partir da estigmatização do passado, que cria um senso de inferioridade e a busca por “ocidentalização” e “modernização” em prol de aceitação e tratamento igualitário no sistema internacional (Zarakol 2010).

Portanto, a consideração da dimensão normativa permite analisar como os processos de construção, manutenção e contestação da ordem social estão interconectados com a formação da subjetividade e a busca por segurança ontológica, de modo que as práticas sociais podem ser fontes de (des)legitimação que criam (in)segurança ontológica. Logo, a metanarrativa dominante costuma refletir a imagem de seus construtores, ou seja, é um produto dos processos de formação da subjetividade, mostrando a centralidade do eu na construção do ambiente social (Heritage e Lee 2020).

CONCLUSÃO

Este artigo apresenta um panorama da teoria de segurança ontológica nas Relações Internacionais, por meio da identificação das principais abordagens debatidas pela literatura nas últimas décadas, para embasar a contribuição desenvolvida. Esta se pauta na dissociação das dimensões constitutivas da narrativa biográfica como estratégia de busca por segurança ontológica. De modo a apresentar a sua contribuição, este arti-

go evidenciou que a literatura sobre segurança ontológica nas Relações Internacionais não é homogênea, com diferenças epistemológicas e metodológicas, embora venha se desenvolvendo um engajamento interdisciplinar mais amplo a partir de perspectivas críticas. Ao longo da primeira seção, foram delineadas três abordagens principais: a estatocêntrica, a subjetiva e as críticas, considerando, em cada uma destas abordagens, os principais conceitos e contribuições. Já na segunda seção, o foco foi na análise das narrativas biográficas, como uma das estratégias de busca por segurança ontológica com o objetivo de sistematizar os estudos desenvolvidos na literatura sobre a temática. Foi possível identificar a articulação de cinco dimensões da narrativa biográfica: emocional, temporal, espacial, relacional e normativa. A partir da análise das dimensões da narrativa biográfica propostas, destaca-se as diferentes camadas de significado empregadas na construção dessa estratégia de busca por segurança ontológica. Além de localizarem as experiências coletivas espaço-temporalmente, as narrativas biográficas contribuem no estabelecimento de laços afetivos coletivos através da articulação de determinadas memórias, para oferecer um senso de continuidade entre passado e presente, que dá sustentação a visões específicas de futuro, além de influenciarem a construção de meta-narrativas normativas, as quais também moldam os sujeitos, e servem de guia à ação social e política.

Nesse sentido, o artigo contribui com o delineamento de um instrumental analítico que permite uma análise abrangente dessa estratégia no processo de busca por segurança ontológica, levando em conta seu caráter complexo, dinâmico e multifacetado, a partir da conciliação das diversas facetas isoladas presente nas análises da literatura. Assim, representa um esforço em direção à compreensão da complexidade inerente ao fenômeno, permitindo o desenvolvimento de futuras análises empíricas na temática. Com isso, pode-se compreender melhor o papel da narrativa biográfica no processo de busca por segurança ontológica, ressaltando o impacto da identidade na formação das percepções e das respostas dos sujeitos. Tendo em conta esses elementos, este artigo fornece um possível instrumento analítico a ser operacionalizado futuramente por outras/os pesquisadoras/es em suas análises empíricas relativamente à busca por segurança ontológica mediante a construção de narrativas biográficas.

DECLARAÇÃO DE FINANCIAMENTO

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Capes, Brasil.

REFERÊNCIAS

- Akchurina, Viktoria e Vincent Della Sala. 2018. "Russia, Europe and the Ontological Security Dilemma: Narrating the Emerging Eurasian Space". *Europe-Asia Studies* 70, no. 10: 1.638–55.
- Berenskoetter, Felix e Bastian Giegerich. 2010. "From NATO to ESDP: A Social Constructivist Analysis of German Strategic Adjustment after the End of the Cold War". *Security Studies* 19, no. 3: 407–52.
- Berenskötter, Felix. 2014. "Parameters of a National Biography". *European Journal of International Relations* 20, no. 1: 262–88.
- Bilgic, Ali e Jordan Pilcher. 2023. "Desires, Fantasies and Hierarchies: Postcolonial Status Anxiety through Ontological Security". *Alternatives: Global, Local, Political* 48, no. 1: 3–19.
- Bleiker, Roland e Emma Hutchison. 2008. "Fear No More: Emotions and World Politics". *Review of International Studies* 34, no. S1: 115–35.
- Browning, Christopher S. e Pertti Joenniemi. 2017. "Ontological Security, Self-Articulation and the Securitization of Identity". *Cooperation and Conflict* 52, no. 1: 31–47.
- Buzan, Barry e Lene Hansen. 2012. *A evolução dos Estudos de Segurança Internacional* (Traduzido por Flávio Lira). Editora Unesp.
- Buzan, Barry, Ole Wæver e Jaap de Wilde. 1998. *Security: A New Framework for Analysis*. Lynne Rienner Pub.
- Croft, Stuart. 2012. "Constructing Ontological Insecurity: The Insecuritization of Britain's Muslims". *Contemporary Security Policy* 33, no. 2: 219–35.
- Croft, Stuart e Nick Vaughan-Williams. 2017. "Fit for Purpose? Fitting Ontological Security Studies 'into' the Discipline of International Relations: Towards a Vernacular Turn". *Cooperation and Conflict* 52, no. 1: 12–30.
- Demertzis, Nicolas. 2014. "Political Emotions". In *The Palgrave Handbook of Global Political Psychology*, organizado por Paul Nesbitt-Larking, Catarina Kinnvall, Tereza Capelos e Henk Dekker. Palgrave Macmillan.
- Eberle, Jakub. 2017. "Narrative, Desire, Ontological Security, Transgression: Fantasy as a Factor in International Politics". *Journal of International Relations and Development*, publicação prévia on-line.

Eberle, Jakub e Vladimír Handl. 2020. "Ontological Security, Civilian Power, and German Foreign Policy Toward Russia". *Foreign Policy Analysis* 16, no. 1: 1–18.

Ejdus, Filip. 2017. "'Not a Heap of Stones': Material Environments and Ontological Security in International Relations". *Cambridge Review of International Affairs* 30, no. 1: 23–43.

Epstein, Charlotte e Patrick T. Jackson. 2025. "Intersubjectivity". In *The Oxford Handbook of International Political Sociology*, 1. ed., editado por Stacie E. Goddard, George Lawson, e Ole Jacob Sending. Oxford University Press.

Gerring, John. 1999. "What Makes a Concept Good? A Criterial Framework for Understanding Concept Formation in the Social Sciences". *Polity* 31, no. 3: 357–93.

Giddens, Anthony. 1991. *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*. Polity Press.

Giddens, Anthony. 2002. *Modernidade e identidade* (Traduzido por Plínio Dentzien). Jorge Zahar.

Gustafsson, Karl. 2016. "Routinised Recognition and Anxiety: Understanding the Deterioration in Sino-Japanese Relations". *Review of International Studies* 42, no. 4: 613–33.

Heritage, Anisa e Pak K. Lee. 2020. *Order, Contestation and Ontological Security-Seeking in the South China Sea*. Springer International Publishing.

Hom, Andrew R. e Brent J. Steele. 2020. "Anxiety, Time, and Ontological Security's Third-Image Potential". *International Theory* 12, no. 2: 322–36.

Huysmans, Jef. 1998. "Security! What do you mean? From de concept to thick signifier". *European Journal of International Relations* 4, no. 2: 226–55.

Jackson, Christopher M. e Jelena Subotic. 2024. "The Ontological Security-Seeking Paradox: Domestic and International Effects of Public Architecture in North Macedonia's 'Skopje 2014' Project". *Millennium: Journal of International Studies* 53, no. 1: 3–30.

Kinnvall, Catarina. 2004. "Globalization and Religious Nationalism: Self, Identity, and the Search for Ontological Security". *Political Psychology* 25, no. 5: 741–67.

Kinnvall, Catarina. 2017. "Feeling Ontologically (in)Secure: States, Traumas and the Governing of Gendered Space". *Cooperation and Conflict* 52, no. 1: 90–108.

- Lacan, Jacques. 2006. *Écrits, First Complete Edition in English*. W. W. Norton & Company.
- Laing, Ronald David. 1990. *The Divided Self: An Existential Study in Sanity and Madness*. Penguin Books.
- Mälksoo, Maria. 2015. “‘Memory Must Be Defended’: Beyond the Politics of Mnemonical Security”. *Security Dialogue* 46, no. 3: 221–37.
- Mälksoo, Maria. 2019. “The Transitional Justice and Foreign Policy Nexus: The Inefficient Causation of State Ontological Security-Seeking”. *International Studies Review* 21, no. 3: 373–97.
- Mitzen, Jennifer. 2006. “Ontological Security in World Politics: State Identity and the Security Dilemma”. *European Journal of International Relations* 12, no. 3: 341–70.
- Mitzen, Jennifer. 2018. “Feeling at Home in Europe: Migration, Ontological Security, and the Political Psychology of EU Bordering”. *Political Psychology* 39, no. 6: 1.373–87.
- Narozhna, Tanya. 2020. “State–Society Complexes in Ontological Security-Seeking in IR”. *Journal of International Relations and Development* 23, no. 3: 559–83.
- Narozhna, Tanya. 2021. “Revisiting the Causes of Russian Foreign Policy Changes: Incoherent Biographical Narrative, Recognition and Russia’s Ontological Security-Seeking”. *Central European Journal of International and Security Studies* 15, no. 2: 56–81.
- Neumann, Iver B. 1996. “Self and Other in International Relations”. *European Journal of International Relations* 2, no. 2: 139–74.
- Peoples, Columba e Nick Vaughan-Williams. 2021. *Critical Security Studies: An Introduction*. 3. ed. Routledge; Taylor & Francis Group.
- Pfoser, Alena. 2022. “Memory and Everyday Borderwork: Understanding Border Temporalities”. *Geopolitics* 27, no. 2: 566–83.
- Pratt, Simon Frankel. 2017. “A Relational View of Ontological Security in International Relations”. *International Studies Quarterly* 61, no. 1: 78–85.
- Rossdale, Chris. 2015. “Enclosing Critique: The Limits of Ontological Security”. *International Political Sociology* 9, no. 4: 369–86.

Rumelili, Bahar. 2015a. "Identity and Desecuritisation: The Pitfalls of Conflating Ontological and Physical Security". *Journal of International Relations and Development* 18, no. 1: 52–74.

Rumelili, Bahar. 2015b. "Ontological (in)security and peace anxieties: a framework for conflict resolution." In *Conflict resolution and ontological security: peace anxieties*, editado por Bahar Rumelili. PRIO New Security Studies. Routledge.

Rumelili, Bahar. 2018. "Breaking with Europe's Pasts: Memory, Reconciliation, and Ontological (In)Security". *European Security* 27 (3): 280–95.

Shenhav, Shaul R. 2015. *Analyzing social narratives*. Routledge Series on Interpretive Methods 3. Routledge.

Solomon, Ty. 2014. "Time and Subjectivity in World Politics". *International Studies Quarterly* 58, no. 4: 671–81.

Steele, Brent J. 2008. *Ontological Security in International Relations: Self-Identity and the IR State*. Routledge.

Subotic, Jelena. 2018. "Political Memory, Ontological Security, and Holocaust Remembrance in Post-Communist Europe". *European Security* 27, no. 3: 296–313.

Tickner, Arlene B. e Amaya Querejazu. 2021. "Weaving Worlds: *Cosmopraxis* as Relational Sensibility". *International Studies Review* 23, no. 2: 391–408.

Vanke, Alexandrina. 2024. *The Urban Life of Workers in Post-Soviet Russia: Engaging in Everyday Struggle*. Manchester University Press.

Vieira, Marco A. 2018. "(Re-)Imagining the 'Self' of Ontological Security: The Case of Brazil's Ambivalent Postcolonial Subjectivity". *Millennium: Journal of International Studies* 46, no. 2: 142–64.

Von Essen, Hugo, e August Danielson. 2023. "A Typology of Ontological Insecurity Mechanisms: Russia's Military Engagement in Syria". *International Studies Review* 25, no. 2: viad016.

Weldes, Jutta e Raymond Duvall. 2025. "On Actors, Agency, and Subjects in International Relations". In *The Oxford Handbook of International Political Sociology*, editado por Stacie E. Goddard, George Lawson e Ole Jacob Sending. Oxford University Press.

Zarakol, Ayşe. 2010. "Ontological (In)Security and State Denial of Historical Crimes: Turkey and Japan". *International Relations* 24, no. 1: 3–23.

A SEGURANÇA ONTOLÓGICA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: DELINEANDO ELEMENTOS DA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS BIOGRÁFICAS

RESUMO

Este artigo colabora com a atual literatura relativamente à noção de segurança ontológica ao delinear os elementos de uma das possíveis estratégias de busca por segurança ontológica: a construção de narrativas biográficas. A segurança ontológica refere-se à necessidade existencial dos sujeitos de um senso consistente da própria subjetividade em face de outros significantes e do ambiente social. A narrativa biográfica é uma das estratégias no processo de busca por segurança ontológica, mas seu estudo costuma se dar pela análise isolada de alguns de seus aspectos, o que gera uma compreensão limitada do seu papel. Nesse sentido, indaga-se: quais são as dimensões constitutivas da narrativa biográfica e o seu papel no processo de busca por segurança ontológica? Entende-se que a análise das narrativas biográficas como estratégia de busca por segurança ontológica requer a consideração de cinco dimensões constitutivas, quais sejam: emocional, temporal, espacial, relacional e normativa. Assim, este estudo oferece um referencial analítico para futuras análises empíricas, que possibilita a compreensão das diferentes facetas constitutivas da narrativa biográfica, as quais, apesar de mutuamente constitutivas e imbricadas, capturam, cada qual, aspectos centrais do fenômeno que seriam invisibilizados por análises agregadas, oferecendo maior potencial explicativo.

Palavras-chave: Estudos Críticos de Segurança; Narrativa Biográfica; Segurança Ontológica; Relações Internacionais.

ABSTRACT

This article contributes to the current literature on the concept of ontological security by outlining the elements of one possible strategy for ontological security-seeking: the construction of biographical narratives. Ontological security refers to the existential need for a consistent sense of subjectivity in relation to significant others and the social environment. The biographical narrative is one of the strategies in the process of ontological security-seeking, although its study typically involves the isolated analysis of some of its components, resulting in a limited understanding of its role. This raises the question: what are the constitutive dimensions of the biographical narrative and its role in the process of seeking ontological security? The analysis of the biographical narrative as a strategy for seeking ontological security requires consideration of five constitutive dimensions: emotional, temporal, spatial, relational, and normative. Thus, this study offers an analytical framework for future empirical analyses, enabling an understanding of the different constitutive facets of the biographical narrative, which, although mutually constitutive and intertwined, each captures central aspects of the phenomenon that would be overlooked in aggregated analyses, thereby offering greater explanatory potential.

Keywords: Critical Security Studies; Biographical Narrative; Ontological Security; International Relations.

Recebido em 06/05/2025. Aceito para publicação em 16/05/2026.

NOTAS

1. Para mais sobre os Estudos de Segurança, ver Buzan e Hansen 2012.
2. Para um panorama aprofundado das diferentes abordagens, ver Buzan e Hansen 2012.
3. Para uma discussão aprofundada sobre o nível de análise nos Estudos de Segurança ver Buzan et al. 1998; Buzan e Hansen 2012.
4. Para uma leitura aprofundada sobre o objeto referente nos Estudos de Segurança ver Buzan et al. 1998, 36; 39; 44.
5. Para um delineamento sobre a ideia de dilema de segurança, ver Mitzen 2006, 341–2.
6. Para uma compreensão aprofundada sobre Securitização, ver Buzan et al. 1998.
7. Para uma discussão aprofundada sobre esse processo, consulte Huysmans 1998; Kinnvall 2004.
8. Os significantes-mestres são extraídos da “ordem simbólica preexistente”, como “ideais, valores, convenções e significados articulados na linguagem”, e se tornam objetos de desejo do sujeito “como forma de sustentar um senso ilusório de estabilidade psicológica” (Vieira 2018, 9, tradução dos autores).
9. Para uma discussão aprofundada sobre o papel das emoções nas Relações Internacionais, ver Bleiker e Hutchison 2008.
10. Para uma discussão aprofundada sobre as dinâmicas de poder e o debate sobre a centralidade da memória no processo de busca por segurança ontológica, consulte, por exemplo, Mälksoo 2015; Subotic 2018.
11. Para um aprofundamento sobre o debate acerca da temporalidade e suas relações tanto com a construção da subjetividade como com dinâmicas políticas, ver Solomon (2014), Rossdale (2015), Browning e Joenniemi (2017) e Hom e Steele (2020),
12. Discussões sobre a natureza contingente de ambientes materiais e suas consequências ainda demandam maior aprofundamento da literatura, cujo foco tem sido nos aspectos sociais e relacionais da segurança ontológica (Jackson e Subotic 2024).